

## • Política

24 NOV 1988

LEGISLATIVO

GAZETA MERCANTIL

# Lideranças do Congresso não conseguem acordo para votar legislação

por Itamar Garcez  
de Brasília

A votação das leis que regulamentam os novos direitos constitucionais continua obstruída na Câmara dos Deputados, pela falta de entendimento entre as lideranças partidárias, representadas pelo Colégio de Líderes, criado com base na experiência da Constituinte. Ontem, o deputado José Lourenço (PFL/BA) foi categórico ao definir-se contra a votação de qualquer lei complementar ou ordinária, antes da elaboração e votação do novo regimento interno da Câmara.

Os temas considerados prioritários pelos deputados são a greve nos serviços essenciais e nos setores públicos, o tabelamento dos juros e o salário mínimo. A divergência entre as lideranças começa na definição das prioridades. Os partidos de esquerda, como PT, PCB, PDT e PSDB apontam o salário mínimo como o mais importante. Para isso, o PT, o PDT e o PSDB ameaçam obstruir a pauta de votações no plenário da Câmara, enquanto esses assuntos não constarem da ordem do dia. Sempre que não houver quórum, qualquer parlamentar pode solicitar a verificação do número de presentes. Se o número for insuficiente a sessão é suspensa.

O PTB, do deputado Gastone Righi (SP), aponta o projeto sobre o crime de usura como tema número um da pauta. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL/PE) acha "absurdo" o projeto do PTB, de autoria de Gastone Righi. Para Inocêncio, é imprescindível que seja estabele-

cido o conceito de juros reais, antes de definir qual a punição para quem desobedecer o tabelamento.

Nesse impasse, o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP), tenta minimizar as dificuldades dos parlamentares em votar. "Não se pode avaliar o Legislativo como se fosse uma máquina. E preciso levar em conta outros trabalhos, como o das comissões", contornou Ulysses.

### FALTA DE QUORUM

Na sessão do Congresso, ontem pela manhã, os parlamentares somaram apenas 206, quando o quórum mínimo é de 280. Na Câmara, a sessão que começou às 13 horas não progrediu em relação ao dia anterior. A votação do único projeto em condições de ser aprovado, sobre os depósitos de rejeitos nucleares, foi adiada, já que o relator pediu mais tempo para apreciar o texto.

O deputado Vivaldo Barbosa, eleito ontem líder do PDT na Câmara, acha que o problema das sessões não é de quórum. "Os deputados estão aí. Nós precisamos é ter competência para chamá-los", disse Vivaldo. Para ele, "é imoral nós fixarmos os nossos vencimentos, antes de fixarmos o mínimo", comentou, referindo-se à regulamentação dos vencimentos dos parlamentares. Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), líder do seu partido, considera obrigação da Câmara votar o salário mínimo antes do final do receso parlamentar, dia 16 de dezembro, mas aponta a longa tramitação e a possibilidade de veto presidencial como empecilhos.

Na pauta de assuntos considerados urgentes, mas que não regulamentam direito constitucional, destacam-se a nova lei do inquilinato, a participação dos novos municípios no Fundo de Participação dos Municípios, o quadro suplementar dos oficiais do Exército, as mudanças no Imposto de Renda e o depósito para rejeitos nucleares.

**FRAUDE** — O Tribunal Regional Eleitoral (TRE), devido às suspeitas de fraude eleitoral, determinou que a quarta e quinta juntas apuradoras das eleições de 15 de novembro recontassem os votos de Vitória. A decisão foi adotada após o voto do juiz federal Romário Rangel, acatando o recurso de vários candidatos à Câmara.